

IMPACTOS DE MESTRADOS ESPECIAIS EM CONTABILIDADE NA TRAJETÓRIA DE SEUS EGRESSOS: UM OLHAR ESPECIAL PARA GÊNERO

***IMPACTS OF SPECIAL ACCOUNTING MASTER PROGRAMS IN ITS ALUMNI TRAJECTORY:
A SPECIAL LOOK IN GENDER ISSUES***

Recebido em 21.11.2012 | Aceito em 10.12.2012 | Segunda versão aceita em 19.12.2012 |

Nota: este artigo foi aceito pelos Editores Romualdo Douglas Colauto e Ademir Clemente e passou por uma avaliação *double blind review*

A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte.

SILVIA PEREIRA DE CASTRO CASA NOVA

Professora do Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade | Universidade de São Paulo USP | Av. Prof. Luciano Gualberto, 908 | Sala 214 | FEA 3 | São Paulo-SP | Mata da Praia | Vitória-ES | Telefone: (11) 3091 5820 | Ramal: 156 | E-mail: silvianova@usp.br |

RESUMO:

A presença feminina na academia no Brasil é pequena e o tema de pesquisa tem sido relativamente pouco explorado. A identificação da presença de fenômenos como *critical mass*, *role model*, *glass ceiling* ou *pipeline* (explorados na literatura internacional) é o primeiro passo para contribuir com a modificação do quadro por meio da conscientização e da instituição de políticas de apoio. Considerando a Universidade de São Paulo (USP), uma das principais instituições de ensino e pesquisa no país, apenas em 1995, foi eleita pela primeira vez uma mulher como vice-reitora; a primeira professora titular da Escola Politécnica, também da USP, data de 2000; a primeira mulher a ocupar a diretoria da Faculdade de Direito o fez em 1998 (PLONSKI; SAIDEL, 2001). A primeira reitora da USP foi eleita apenas em 2005. Na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, em dados de 2010, dentre os 184 docentes, 30 eram mulheres. Essa relação varia entre as unidades, conforme a área de conhecimento, sendo que em Enfermagem (84/81) e Educação (104/68), as mulheres superaram os homens. Em termos do país, quando depurados os dados da Relação Anual

das Informações Sociais (RAIS, 2010), dentre os professores do ensino superior de ciências econômicas, administrativas e contábeis no país, constatamos que maior percentual das mulheres recebiam até 3 salários mínimos e na faixa dos que recebiam mais de 10 salários mínimos, os homens tem maior participação. A proposta de pesquisa pretende endereçar-se a esse tema, especificamente na área de ensino e pesquisa em Ciências Contábeis visa analisar a trajetória acadêmica de egressos do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (PPGCC-EAC-FEA/USP). Esse programa de pós-graduação tem uma situação *sui generis* na área e no país. Durante muito tempo foi um dos poucos mestrados em Contabilidade e até 2008 ainda era o único a oferecer o Doutorado em Contabilidade. Manteve programas especiais para formação de mestres em diferentes formatos, com apoio da Capes (Mestrado Interinstitucional) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão de representação profissional (Mestrado Especial para Professores de Universidades Públicas e Mestrado Especial em convênio com o CFC), formando em cada uma das iniciativas, cinco turmas de professores e profissionais. Assim, o objetivo central da pesquisa consiste em examinar a trajetória dos egressos desses programas especiais, analisando o impacto que o programa possa ter tido em sua evolução e avaliando especialmente os possíveis efeitos que o desenho distinto dos programas possa ter tido em termos da participação e permanência de mulheres. As análises, de caráter exploratório, indicam que o programa especial de Mestrado em Contabilidade do CFC, em formato semi-presencial, permitiu uma maior participação das mulheres, tendo em vista a possibilidade de maior conciliação com a vida familiar e pessoal.

Palavras-Chave: Carreira acadêmica. Contabilidade. Ensino de Pós-Graduação. Ciência. Mulheres. Gênero.

ABSTRACT

The women participation in academia in Brazil is small and this issue has not been object of a vast number of studies so far. Phenomena such as critical mass, role model, glass ceiling, or pipeline may be at stake and enlargement of the research basis represents a possibility to modify the status quo by raising awareness and supporting the development of policies. Considering the University of São Paulo (USP), a leading educational and research institution in Latin America, only recently (in 1995), (a) a woman was elected for the first time as vice-chancellor; (b) the first female full professor of the Engineering School (POLI), also at USP, dates from 2000, and (c) the first woman was elected the dean of the Law School in 1998 (PLONSKI; SAIDEL, 2001). The first woman rector was elected only in 2005. In the School of Economics, Business Administration and Accountancy, based on 2010 data, among the 184 faculty members, 30 were women. This ratio varies across colleges and knowledge areas, and in some as Nursery School (84/81) and School of Education (104/68) women

outnumber men. Considering the country, data from the Annual Social Information (RAIS, 2010) show that among the higher education faculty of economics, business and accounting, a higher percentage of women received up to 3 minimum wages (among those receiving more than 10 minimum wages, men have greater participation). The proposed research intends to address this issue (lesser presence of women in leadership roles in academia), specifically in the area of accounting research and education, aiming at analyzing the academic trajectory of the graduates of the Graduate Program in Controllership and Accounting, linked to the Department of Accounting and Actuarial Science at the School of Economics, Business Administration and Accountancy, at the University of São Paulo (EAC-FEA/USP). This Graduate Program has a sui generis situation in the knowledge area and in Brazil. For many years it had been one of the few masters in Accounting and, until 2008, it was the only to offer a PhD in Accounting. It maintained two special Master's programs in Accounting with support from Capes (Interinstitutional Master Program) and from Brazilian Professional Accounting Body (Special Master Program for Public Universities Faculty and Special Master Program for Accounting Professionals and Faculty), graduating in each of the initiatives described above five classes of faculty and professionals. These programs have had the same motivations and same goals, but had distinct offering conditions (e.g. delivery methods, technology usage) and study periods. They focused on expanding the quality of accounting higher education and the number of faculty in the area through a train-the-trainers approach. Thus, the objective of the research is to examine its impacts on the progression of its graduates, identifying barriers and boosters that may explain the greater or lesser presence of women and to assist in building policies that can reverse this situation. The findings support the idea that the Special Master Program for Accounting Professionals and Faculty, in blended format, allowed a higher participation of women, due to a greater chance to have a work-life balance.

Keywords: Academic career. Accounting. Graduate Program. Science. Women. Gender.

1 INTRODUÇÃO

Desde 1965, quando foi publicado o artigo seminal de Alice S. Rossi (ROSSI, 1965), a ausência (ou pequena presença) das mulheres na ciência tem sido questionada. Alguns pontos desse artigo, pode ser argumentado, referem-se a um contexto de uma época ainda não muito distante dos movimentos feministas que, na sociedade ocidental, buscaram estabelecer um novo papel social para as mulheres. Hoje, é possível pensar, o contexto social é bastante diferente e os movimentos feministas já refletiram entre suas conquistas. Mas alguns fatos recentes em nosso país podem mudar essa primeira impressão. É a primeira vez na história do Brasil que temos uma mulher na presidência da República. A representação das mulheres na política no Brasil tem crescido como se pode constatar, ao examinar a ocupação de cargos executivos e legislativos. Na Câmara Federal são apenas 48 deputadas mulheres em exercício (www.camara.gov.br), que são identificadas como a Bancada Feminina, entre os 513 membros. No Senado são 10 mulheres entre os 81 membros. O Supremo Tribunal Federal conta hoje com duas juízas, uma delas ocupando ainda a presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Temos no Brasil, pela primeira vez, a presidência da República ocupada por uma mulher, a presidente Dilma Rousseff. Na América do Sul, outros países também

recentemente passaram ou passam pela mesma experiência (Michelle Bachelet no Chile, Cristina Kirchner na Argentina). Na Europa são relevantes as atuações da primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher e da *chanceler* alemã Angela Merkel, ambas liderando em períodos críticos, de crise. Nos Estados Unidos, cita-se a presença política importante de Hillary Clinton, ex-senadora e atual Secretária de Estado, assim como anteriormente na mesma posição em governo anterior de Condoleezza Rice. Estudosos do tema relacionam a representação política feminina com a possibilidade de gerar mudanças que garantam sua maior inserção social (CHILDS; KROOK, 2008). E como está o contexto acadêmico?

No contexto da academia no Brasil, considerando a Universidade de São Paulo (USP), uma das instituições de ensino e pesquisa mais prestigiosas no país, apenas recentemente, em 1995, foi eleita pela primeira vez uma mulher como vice-reitora, a professora Myriam Krasilchik; a primeira professora titular da Escola Politécnica, também da USP, professora Maria Candida Reginato Faciotti, data de 2000, primeira mulher a receber ocupar o cargo nos 107 anos de existência da Poli; a primeira mulher a ocupar a diretoria da Faculdade de Direito o fez em 1998, professora Ivette Senise Ferreira, nos então 171 anos das Arcadas, sendo ainda hoje a única mulher no posto (PLONSKI; SAIDEL, 2001). Na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), em dados de 2010, dentre os 184 docentes, apenas 30 eram mulheres. Desde sua criação a FEA contou apenas com duas diretoras. São poucas as professoras titulares na escola. Essa relação varia entre as unidades, conforme a área de conhecimento, sendo que na Escola de Enfermagem (84/81) e na Faculdade de Educação (104/68), inverte-se, exatamente como os estudos daquela época apontavam.

Se ampliado o foco de visão e considerado o contexto do ensino superior no Brasil, as mulheres representavam 45,4% dos docentes (RESUMO TÉCNICO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2009). Quando depurados os dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS, 2010), dentre os professores do ensino superior de ciências econômicas, administrativas e contábeis no país, 46% das mulheres recebiam até três salários mínimos, em comparação a 41% dos homens. Em outro extremo, na faixa dos que recebiam mais de 10 salários mínimos, estão 15% das mulheres contra 20% dos homens. As mulheres receberam, em 2010, 49% do total de bolsas concedidas pelo CNPq, mas representam apenas 35% das bolsas de produtividade em pesquisa, a bolsa de maior prestígio, concedida a pesquisadores que se destaquem entre seus pares, nos cenários nacional e internacional, valorizando sua produção científica (CNPq, 2011).

Dados da Fapesp dão conta de que aumenta a participação percentual das mulheres nas solicitações de financiamento e entre o total de cientistas em São Paulo. Além disso, a taxa de sucesso entre homens e mulheres é praticamente a mesma (61% e 60%, respectivamente) em 2010. No entanto, afirma o relatório, “como se poderia esperar, há comportamentos diferentes na distribuição de gênero dos solicitantes conforme a Grande Área de Conhecimento, sendo, por exemplo, 22% em Engenharias (triplicando desde 1992) e 54% nas Ciências da Saúde” (FAPESP, 2010). Dentre os estudantes matriculados no ensino superior no Brasil, as mulheres são a maioria no ensino presencial (55,1%) e a distância (69,2%). Porém o perfil típico do corpo docente é masculino. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2010).

Em um contexto mais amplo pode-se olhar para um fenômeno largamente investigado internacionalmente, mas sem ainda uma explicação cabal: o *gap* salarial. De maneira consistente, em vários setores econômicos nas diversas posições da carreira, as mulheres recebem menos por um trabalho semelhante. Também no Brasil, quando se examina o aspecto da remuneração, percebe-se que existem ainda diferenças na remuneração por hora de trabalho: na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) a remuneração média para os homens, em novembro de 2011, era de R\$ 9,54 enquanto para as mulheres era de R\$ 7,32 (DIEESE, 2012). Outro ponto de análise é que as mulheres se concentram em setores diferentes (alguns identificados como ocupações femininas). Ao analisar o

tipo de ocupação verifica-se que os homens predominam na produção de bens e serviços industriais e as mulheres predominam nos setores de serviços e comércio (CENSO, 2000).

Alguns críticos podem afirmar que é apenas questão do tempo, que a educação está crescendo para a população em geral e ainda mais especificamente para as mulheres e que naturalmente elas ocuparão novos espaços, como professoras titulares nas universidades (quiçá como reitoras) e como presidentes nas empresas. No entanto, em economias como a norte-americana, em que intensos movimentos pró-mulheres tiveram lugar nos anos 70, desencadeando uma série de medidas de apoio, como implementação de políticas, aprovação de leis e vultosas verbas para pesquisa para identificação de barreiras e incentivos, chegou-se a um platô e, em algumas áreas, o comportamento têm sido errático, por exemplo, com aumento da presença na pós-graduação, apesar de não se perceber aumento correspondente na graduação. Se no Brasil a questão é ainda “*Why so few?*”, nos Estados Unidos, com tantas ações, a pergunta é “*Why so far?*”. A questão é: por que, depois de tantos esforços e ações efetivas, acompanhadas de pesquisas permanentemente para monitorar os impactos (às vezes contrários e que necessitam ajustes), ainda são poucas, concentradas em algumas áreas, e tendo que se ajustar, com sacrifícios pessoais e familiares?

No Brasil o tema surgiu com mais força recentemente. As mulheres representam pouco mais da metade da população brasileira (51%, segundo CENSO 2010; 50,8%, conforme CENSO 2000; e 51,3%, de acordo com PNAD 2009). No entanto, elas representam apenas 37,8% das pessoas ocupadas, conforme o Censo 2000 ou 43% segundo a PNAD 2009. Confrontadas as estatísticas para um período de tempo, a participação da mulher no mercado de trabalho é crescente: por exemplo, se considerada a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), as mulheres ocupavam 36,9 % dos postos em 1985 e hoje ocupam 45,3%. Ainda mais interessante é o fato de que, se analisado esse universo, das mulheres ocupadas, nota-se que são mais instruídas que os seus contrapartes do gênero masculino, na mesma situação, e são ainda mais instruídas que a média da população feminina em geral (PNAD 2009, tabela 1869 e tabela 272).

Estudo recente tratando das mulheres em economias emergentes ofereceu algumas importantes pistas sobre sua realidade (HWELLETT; RASHID, 2010). No estudo foram coletados dados de 4.350 homens e mulheres com nível universitário no Brasil, Rússia, Índia, China e Emirados Árabes Unidos, complementados com grupos de discussão, sessões virtuais de estratégia e entrevistas com centenas de profissionais do sexo feminino. Descobriu-se que: a mulher está invadindo em massa universidades e cursos de pós-graduação; seu nível de ambição é extraordinário; adoram o trabalho e estão dispostas a fazerem um esforço adicional pela empresa; infelizmente são um talento subaproveitado, em parte em razão dos deveres ligados à família que fazem com que se contentem com empregos sem nenhuma perspectiva ou que abandonem a força de trabalho. Problemas relacionados na pesquisa envolvem: responsabilidade com a família (tantos os mais velhos, como os mais novos); o setor público exerce um apelo em função de uma facilidade maior para acomodar deveres pessoais; sentem-se discriminadas e tratadas de forma injusta; em alguns casos as mulheres têm restrições de mobilidade e de segurança, o que implica o abandono de algumas profissões que envolvam viagens constantes (HWELLETT; RASHID, 2010).

Estudo sobre “nova mulher” brasileira aponta ainda outros fatores importantes para análise: (1) as mulheres promoveram uma revolução ao reduzirem a taxa de natalidade, com uma rapidez que intriga os demógrafos (em 1960 eram 6,3 filhos por mulher; em 2009, apenas 1,9 abaixo, portanto, da taxa de reposição); (2) com menos filhos têm desempenhado um papel mais expressivo na economia do país: entre 1980 e 2000, o percentual de mulheres trabalhadoras acima de 15 anos evoluiu de 39% para 54% (GORNEY, 2011).

Poucos trabalhos têm tratado do tema, que se apresenta relevante em um momento de expansão da necessidade de fator humano capacitado em nosso país, dado um novo ciclo de desenvolvimento. E

ainda vale lembrar, nas palavras de Costa e Sardenberg (1994) como a academia no Brasil inicialmente abraçava essa temática:

Nesse tocante, vale lembrar que, se no plano internacional há tempo já não se questiona a relevância científica e social desses estudos, no Brasil esse reconhecimento e a conquista de um espaço específico para reflexões sobre a temática Mulher e seus desdobramentos são conquistas relativamente recentes e ainda não de todo consolidadas.

Outros pontos citados no estudo de Costa e Sardenberg (1994) podem ainda estar presentes, como a concentração de centros no eixo Centro-Sul e a ambiguidade da incorporação do gênero como categoria de estudo. Assim justificam-se estudos que se dediquem a examinar a temática de inserção e permanência da mulher na academia, mais especificamente ainda em áreas historicamente não associadas a essa presença, como as áreas de Economia, Administração e Contabilidade. Dentro desse contexto, o objetivo central da pesquisa é examinar a trajetória dos egressos desses programas especiais do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da FEA/USP, analisando o impacto que o programa possa ter tido em sua evolução e avaliando especialmente os possíveis efeitos que o desenho distinto dos programas possa ter tido em termos da participação e permanência de mulheres.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em 1986 Joan W. Scott publicou um artigo que se tornou influente (2301 citações no Google Scholar), propondo gênero como uma categoria útil para a análise histórica. Segundo as definições do termo, gender (gênero) é considerado *social organization of the relationship between the sexes* (organização social do relacionamento entre os sexos) opondo-se a aceitar a acepção de apenas um dos sexos, ou de sua oposição para centrar a discussão nas relações que se estabelecem entre eles.

Quando a questão de gênero é colocada, várias teorias se apresentam para explicar como se desenrolam, em diferentes contextos, as relações entre homens e mulheres de uma maneira tão desigual. A Teoria do Papel Social advoga que o papel a ser ocupado pela mulher é socialmente determinado (SLAUGHTER, 2012). E, aliando-se a Sociologia, caminha para demonstrar que educamos a mulher, formal e informalmente, para que ela compreenda qual é esse papel. Meninos correm e gritam em brincadeiras vigorosas que envolvem disputas e agressividade. Meninas não. Devem sentar-se tranquilamente, brincando de casinha, cuidando de bonecas, fazendo comida. E se uma menina quiser brincar de capa e espada?

Especificamente no contexto da formação de pesquisadores, salienta o papel da socialização diferenciada das mulheres, o que implica constatar que por vezes não é fácil ser admitida no clube (AUSTIN, 2002; KOHLSTEDT, 1978). Trata ainda da importância em ter mulheres em papel de liderança, para que sirvam de modelos e inspiração para que as mais jovens se interessem pela carreira (KEZAR; LESTER, 2009). E identificam fenômenos que podem barrar a progressão e o sucesso de mulheres na carreira como o *glass ceiling* (JACKSON; O'CALLAGHAN, 2009) ou mais recentemente o *glass cliff*, o *critical mass* (ETZKOWITZ et al., 1994), ou ainda o clima que se estabelece no ambiente acadêmico para sua inserção (HART; FELLABAUM, 2008).

De outro ponto de vista, a Teoria das Diferenças Biológicas (BRIZENDINE, 2006) explica que hormônios, constituição física, cérebro se conformam de maneira diferente em homens e mulheres. Disseca o papel da maternidade (e da maternagem). Apoia-se no exame do que acontece com outros animais. Constrói experimentos com bebês para mostrar que, desde a mais tenra idade, as diferenças

se apresentam e que têm relação com a reação diferenciada entre homens e mulheres a estímulos idênticos e que isso é que determina as diferenças nos papéis sociais que assumem.

Um olhar interessante surge com a inserção mais moderna, acentuada e definitiva da mulher no mercado de trabalho. E com a possibilidade de observar como se realinham papéis a medida em que se ampliam as opções. Algumas são biologicamente determinadas: homens ainda não podem optar por assumir a maternidade. Mas podem assumir a maternagem? As mulheres, por outro lado, puderam sair dos lares, compartilhar a criação dos filhos com cuidadores profissionais (ou mesmo optar por não tê-los), embrenhar-se no mundo da educação, da profissão, no mundo político e social. Essas mudanças contempladas construíram a possibilidade de uma nova teoria para explicar diferenças de gênero: a Teoria das Escolhas (PINKER, 2008). Não cabe aqui tentar estabelecer diferenças e seus impactos, mas de entender que os arcabouços bio-psico-sociais determinam escolhas e que essas escolhas, por sua vez, determinam relações. Essa teoria, que agora surge, lança luzes nas pessoas, ao invés de papéis sociais ou diferenças sexuais. E oferece um ponto de vista diferente que dá conta de diferenças entre um mesmo gênero, e não somente entre gêneros (SLAUGHTER, 2012). Tratam ainda do estabelecimento de políticas que permitam uma melhor conciliação entre os diversos papéis (HART; FELLABAUM, 2008; KELLY, 2006), diferentes escolhas tendo em vista as gerações (KEZAR; LESTER, 2009), mudanças na compreensão de sucesso (DYKE; MURPHY, 2006).

Finalmente, é necessário incluir na discussão a Teoria Feminista (TF). Com uma visão diferenciada e uma compreensão única do papel e da presença social da mulher, a TF pede por transformação. Assim, apresenta-se não apenas para explicar, mas igualmente para se posicionar e clamar por mudanças. Em termos da pesquisa, reclama do papel secundário que tem sido disponibilizado para as mulheres em termos de seus interesses de pesquisa (ROPERS-HUILMAN; WINTERS, 2011) e da publicação do resultado de seu trabalho (HART, 2006). Denuncia que o trabalho feminino não é valorizado e que lhe atribuem funções menos prestigiosas, ligadas ao ensino e a funções administrativas (PARK, 1996).

Considerando esses enfoques teóricos, mas, sobretudo embasada na Teoria Feminista, a pesquisa tem o intuito de examinar a trajetória de egressas dos dois programas especiais de mestrado em Contabilidade oferecidos pela Universidade de São Paulo, analisando barreiras e facilitadores que tenham enfrentado em suas carreiras acadêmicas que ajudem a compreender pequena presença de mulheres na área e auxiliem na definição de ações e políticas que possam reverter esse quadro. Assim, a questão central da pesquisa é examinar o impacto dos programas na progressão de seus egressos, identificando barreiras e facilitadores que possam explicar a menor ou maior presença e permanência de mulheres e auxiliar na definição de políticas para reverter o quadro de pequena participação feminina na área.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se norteou por uma abordagem exploratória apoiando-se no levantamento de dados secundários disponíveis nos Sistema Acadêmico da Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (Sistema Janus) e na Plataforma Lattes, além do exame de documentos mantidos pelo Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, relacionados aos Programas Especiais de Mestrado.

Dentro dessa perspectiva, a pesquisa adotará um paradigma marcadamente quantitativo. Martins e Theóphilo (2007) constroem um interessante quadro (Quadro1) que aborda as diferenças entre os paradigmas de pesquisa qualitativo e quantitativo, no que diz respeito às características:

Quadro 1: Características distintivas entre os paradigmas qualitativo e quantitativo

PARADIGMA QUALITATIVO	PARADIGMA QUANTITATIVO
1. Preferência por avaliações qualitativas.	1. Preferência por avaliações quantitativas.
2. Preocupado em entender, compreender e descrever os comportamentos humanos através de um quadro de referência.	2. Procura dos fatos e causa do fenômeno social, através de medições de variáveis.
3. Enfoque fenomenológico.	3. Enfoque lógico-positivista.
4. Sistemas de descrições não controladas, observação natural.	4. Sistema de medições controladas.
5. Subjetivo: perspectiva interior perto dos dados.	5. Objetivo: perspectiva externa, distanciamento dos dados.
6. Profundo: orientado para a descoberta, exploratório, descritivo, indutivo.	6. Superficial, orientado para a verificação; reducionista, baseado na inferência hipotético-dedutiva.
7. Orientado para o processo.	7. Orientado para o resultado.
8. Holístico: visa à síntese.	8. Particularizado: visa à análise.

Fonte: Martins e Theóphilo (2007)

Os autores alertam ainda para as quais as considerações que estão envolvidas na decisão de se adotar um dado paradigma: (a) dispõe-se de pouca informação a respeito do assunto, sendo necessário explorar o conhecimento que as pessoas têm com base em suas experiências e senso comum; (b) o fenômeno só pode ser captado por meio da observação e/ou interação, ou quando o que se quer conhecer é o funcionamento de uma estrutura social, sendo necessário o estudo de um processo; (c) deseja-se conhecer aspectos psicológicos.

Gall, Gall e Borg (2007, p. 31) relacionam as abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa com diferentes assunções epistemológicas sobre a natureza do conhecimento científico e sobre como adquiri-lo. Continuam o raciocínio atestando que dependendo do conjunto de assunções que o pesquisador for favorável, ele conduzirá um tipo de pesquisa em educação. Finalmente, discutem brevemente questões terminológicas, pontuando que apesar de os termos pesquisa construtivista e pesquisa positivista aparecerem na literatura, é mais comum encontrar-se referência a pesquisa qualitativa e quantitativa para enfatizar que os dois tipos de pesquisa diferem na natureza dos dados que são coletados. Igualmente constroem um Quadro para confrontar as diferenças entre os dois tipos de pesquisadores em termos de seu quadro referencial.

Quadro 2: Abordagem qualitativa e abordagem quantitativa

PESQUISADORES QUANTITATIVOS	PESQUISADORES QUALITATIVOS
Assumem uma realidade social objetiva.	Assumem que a realidade social é construída pelos seus participantes.
Assumem que a realidade social é relativamente constante no tempo e em diferentes contextos.	Assumem que a realidade social é continuamente construída em contextos específicos.
Vêem relações causais entre os fenômenos sociais em uma perspectiva mecânica.	Atribui às intenções humanas um papel relevante na explanação dos relacionamentos causais nos
Tomam um ponto de vista objetivo em relação aos participantes da pesquisa e suas circunstâncias.	Torna-se pessoalmente envolvido com os participantes da pesquisa, ao ponto de
Estudam populações ou amostras que as representam.	Estudam casos.
Estudam comportamento e outros fenômenos observáveis.	Estudam os significados que os indivíduos criam e outros fenômenos internos.
Estudam comportamento humano e outros contextos delimitados.	Estudam as interações humanas em seus contextos naturais.
Analism a realidade social por meio de variáveis.	Fazem observações holísticas do contexto global nos quais as ações humanas ocorrem.
Utilizam conceitos preconcebidos e teorias para determinar como os dados serão coletados.	Descobrem conceitos e teorias depois que os dados são coletados.
Geram dados numéricos para representar o ambiente social.	Geram dados verbais e pictoriais para representar o ambiente social.
Utilizam métodos estatísticos para analisar os dados.	Utilizam a indução para analisar os dados.
Utilizam procedimentos de inferência estatística para generalizar os achados para a amostra	Generalizam os achados do caso pela identificação de casos similares.
Elabora relatórios sobre os achados de pesquisa impessoais e objetivos.	Preparam relatórios interpretativos que refletem as construções científicas do pesquisador sobre o

Fonte: Gall, Gall e Borg (2007, p. 31).

Com essa abordagem espera-se obter evidências para analisar os impactos, considerando as especificidades e identificar os fatores que possam influenciar a maior ou menor presença e permanência das mulheres na academia em Contabilidade no Brasil.

4 HISTÓRICO E CONTEXTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE DA FEA/USP

A importância da atuação do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP nas áreas de pesquisa e ensino em Controladoria e Contabilidade é reconhecida nacionalmente. O Departamento é o precursor de aperfeiçoamentos na difusão de metodologias que aumentem a qualidade e transparência das informações contábeis das empresas e no desenvolvimento de modelos avançados de gestão econômica de apoio à decisão. Tem entre seus professores os autores dos principais manuais de referência técnica e livros didáticos em Contabilidade e Controladoria do país.

Foi precursor na oferta de cursos de Mestrado (desde 1970) e Doutorado (implementado em 1978) em Contabilidade e Controladoria, reconhecidos no Brasil. Sendo, durante muito tempo, até 1978 no caso do Mestrado e até 2008 no caso do Doutorado, o único centro formador de pesquisadores e professores na área. Por ser o responsável por tanto tempo pelo único curso Doutorado em Contabilidade no país, ter tanta tradição e pelo seu pioneirismo, professores e pesquisadores vêm de

todos os Estados da Federação para cursarem o Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade do EAC/FEA/USP, sendo ainda o principal centro formador de docentes do país e ganhando recentemente um importante papel na região. Em edição especial da Revista de Contabilidade & Finanças o fato é relembrado (MARTINS ; IUDÍCIBUS, 2007):

Em 1977 éramos, os autores, respectivamente, Coordenador do Pós-Graduação e Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária na FEA/USP. Nossa Mestrado funcionava havia sete anos; estava já consolidado.

Tínhamos Doutores no Departamento oriundos do sistema antigo, quando não havia curso nem disciplinas sistematicamente oferecidas. Os “créditos” eram desenvolvidos diretamente com o Orientador e os Professores das denominadas disciplinas subsidiárias, num processo bastante individual. Os docentes da época eram Alecseo Kravec, Alkindar de Toledo Ramos, Antonio Pereira do Amaral, Antonio Peres Rodrigues Filho, Armando Catelli, Edmundo Éboli Bonini, Eliseu Martins, Hirondel Simões Lüders, José da Costa Boucinhas, Rolf Mario Treuherz, Sérgio de Iudícibus e Stephen Charles Kanitz.

Sentindo a responsabilidade, inclusive por sermos, naquela época, ainda o único Mestrado no Brasil, colocamo-nos em campo com o objetivo de implantar o nosso Curso de Doutorado em Contabilidade. Depois de muitas batalhas, onde precisamos até obter uma lista de Universidades fora do país, principalmente nos Estados Unidos, que formavam PhDs, para provar ser possível e que se fazia pesquisa em Contabilidade, conseguimos a autorização da Reitoria da USP em 11.01.78 e o Curso foi imediatamente implantado. É interessante notar que, no caso do Mestrado, esperou-se pelo seu completo amadurecimento para só depois se efetivar seu credenciamento junto ao Conselho Federal de Educação; foram 7 anos de experiência e 9 Mestres. Para o doutoramento esperou-se uma consolidação ainda maior titulados uma consolidação ainda maior: de 12 anos e 26 titulados. Tudo com o objetivo de pleitear uma aprovação pela apresentação de resultados e não apenas de projeto. Apenas nos últimos cinco anos houve a formação de outros programas de doutorado, e somente em 2010 houve a formação do primeiro doutor nesses novos programas. Até 2010 o PPGCC havia formado 197 doutores e 493 mestres. O total de mestres em contabilidade no país, segundo dados da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Contabilidade, em 2010, somava 2.603.

Conforme dados levantados junto ao Sistema Janus, o PPGCC contava em maio de 2012 com 1.269 alunos considerando egressos e atuais, dentre os quais 701 titulados, entre mestrado (481), doutorado (210) e doutorado-direto (10). Desse total, o número de mulheres tituladas foi respectivamente 152, 46 e 3 mulheres. Em matrícula de acompanhamento (portanto já no período de elaboração da pesquisa) temos 16 mulheres e 38 homens. Se, no entanto, forem considerados os atuais alunos matriculados, há 45 homens e 33 mulheres. Ao todo, na data, foram 434 desligamentos, dentre os quais 52 eram mulheres. Assim, se calcularmos a taxa de desligamento considerando o número de desligamento em relação ao total de titulados teremos, respectivamente, para gênero feminino de 17,2% e, para o gênero masculino de 39,5%.

Tabela 1: Resumo da composição do corpo discente por gênero

	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Total	1,269	965	302
Titulados	701	500	201
Matrícula de	54	38	16
Matriculados	78	45	33
Desligamentos	434	382	52
Taxa de Desligamento	34,2%	39,5%	17,2%

A primeira mulher a se titular tanto no mestrado quanto no doutorado pelo PPGCC foi Cecilia Akemi Kobata Chinen, em 06/05/1976 e 08/10/1987. O primeiro homem a se titular pelo programa, tanto no mestrado quanto no doutorado, foi Antonio Loureiro Gil, respectivamente em 19/04/1976 e 20/03/1985. O primeiro titulado no doutorado-direto foi Jose Rafael Guagliardi, em 16/06/1988.

Dentro do enfoque da pesquisa que se fez durante esse longo período podem ser citados como distintivos da produção do programa uma dedicação inicial a Contabilidade Financeira (para usuários externos) e a Contabilidade Gerencial (para usuários internos), principalmente no modelo de Contabilidade Normativa. Essa ênfase gerou teses, artigos e modelos introduzidos na prática da Contabilidade e Controladoria no país, como a Teoria dos Ajustamentos a Valores Correntes, a *Price-Level Accounting*, a Demonstração do Valor Adicionado, o modelo gerencial GECON – Gestão Econômica de Empresas. Posteriormente, expandiram-se as pesquisas em Mercados de Capitais, Finanças, Tecnologia da Informação, Metodologia de Ensino, Governança Corporativa, Contabilidade Internacional, entre outros. Mais recentemente, a Contabilidade Positiva e também a busca de teorias organizacionais, principalmente na Contabilidade Gerencial, têm sido fonte de pesquisa. (MARTINS; IUDÍCIBUS, 2007).

Apesar de uma longa história e da dedicação, estudos demonstram a preocupação com as contribuições acadêmicas dos doutores e reforçam a incipienteza da pesquisa na área contábil. Dados dão conta de que: cerca de um terço dos doutores em Ciências Contábeis nunca publicaram um artigo científico em periódicos ou eventos, ou se o fizeram foi antes de 31/12/2004; as atividades acadêmicas estão concentradas nas mãos de pouquíssimos doutores. (CUNHA; CORNACHIONE JÚNIOR, 2005). Quando se analisa os padrões de produtividades em periódicos e congressos na área, constata-se ainda uma predominância de autores sexo masculino, indícios fortes de endogenia de instituições nacionais, existência de concentração de autoria vinculada a poucas instituições (LEITE FILHO, 2008). Existe ainda um grande desinteresse pela pesquisa na área de educação contábil, relevante para a área tanto em termos de graduação como de pós-graduação. Assim, apenas 8% das teses se enquadram na linha “Educação e Pesquisa Contábil” e destas apenas 4% são especificamente na área de educação.

Apenas 7% dos doutores em Contabilidade apenas 7% dos doutores são bolsistas produtividade CNPq e 76% estão vinculados a algum grupo de pesquisa (MIRANDA *et al.*, 2011). Outros pontos destacados são que (ESPEJO *et al.*, 2009): há uma concentração de pesquisa na área usuários externos, que apresenta maior número de publicações; a área ensino e pesquisa está em ascensão; a USP se destaca como instituição com maior número de vínculos com autores sendo ainda ator central na rede de cooperação entre instituições; as redes de cooperação apresentam-se mais fragmentadas (tema ensino e pesquisa) ou destacam-se por apresentarem grande número de interconexões entre grupos por meio de laços fracos (Contabilidade Gerencial e, principalmente, Usuários Externos); assim, conclui-se que o campo de conhecimento é marcado pela existência de densas redes de cooperação entre autores e entre instituições nacionais, contudo baixas com instituições internacionais.

5 HISTÓRICO DOS MESTRADOS ESPECIAIS

O PPGCC manteve um Mestrado Especial para Professores de Universidades Públicas e um Mestrado Interinstitucional com a Universidade Federal do Ceará, como forma de suprir a carência de cursos de qualidade em nossa área de pesquisa e docência. Em convênio com o Conselho Federal de Contabilidade foi responsável por um Programa de Mestrado semipresencial, com aulas por videoconferência. As turmas eram distribuídas em cinco sites diferentes com suporte de instituições de ensino locais. Esses programas são citados no Editorial de 30 anos do Doutorado, em edição comemorativa da Revista de Contabilidade e Finanças (MARTINS; IUDÍCIBUS, 2007):

Preocupados com a titulação ainda quantitativamente baixa dos Professores de Contabilidade no Brasil, iniciamos no Departamento (EAC), em 1993, um programa com a recepção de Professores de Universidades públicas, com a característica de aprovação num semestre de homogeneização como substitutivo ao exame de ingresso no Mestrado, programa esse de enorme sucesso e que contou com bolsas da FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, órgão de apoio ao EAC, e do Conselho Federal de Contabilidade.

Mais recentemente, ainda preocupados com o mesmo problema, foi desenvolvida uma turma num Mestrado interinstitucional com a Universidade Federal do Ceará, bem como recepcionadas 5 outras turmas, subvencionadas também pelo Conselho Federal de Contabilidade, de Belém (PA), Cuiabá (MT), Belo Horizonte (MG), Florianópolis (SC) e novamente Fortaleza (CE).

O objetivo da criação desses três novos programas especiais de mestrado, que coexistiram com o programa regular, era de ampliar a capacidade de formação de mestres, tendo em vista a carência de mestrados e doutorados no Brasil e a necessidade desses profissionais para atuarem no ensino de contabilidade. Todos os programas tinham uma fase prévia eliminatória, chamada de nivelamento, com a duração de seis meses (na citação acima referenciada como “semestre de homogeneização”). Após essa fase os alunos cumpriam as mesmas exigências do curso regular.

O primeiro programa, com a primeira turma sendo formada em 1993, era destinado especificamente a professores de universidades públicas (será identificado como Mestrado para Professores de Universidades Públicas - MPUP). O ingresso nesse curso se dava por meio de um convite a todas as instituições de ensino públicas que ofereciam cursos de graduação em Contabilidade no país, para que fossem enviadas indicações dentre seu corpo docente. Os indicados deveriam enviar uma documentação e era procedida uma seleção baseada na análise dos currículos dos candidatos. As aulas eram todas realizadas presencialmente na USP. Assim, os selecionados deveriam ser dispensados de suas atividades nas IES de origem e se transferiam para São Paulo em um regime de dedicação integral ao curso. Nos primeiros seis meses cursavam as disciplinas de nivelamento e, aqueles que lograssem aprovação em todas as disciplinas, ingressavam no Mestrado.

O Mestrado Interinstitucional com a Universidade Federal do Ceará teve início em 1999, em atendimento a Chamada n. 02 - 01/97 da CAPES, tendo como associadas a Universidade Estadual do Ceará, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal da Paraíba. Conforme relatório de atividades “foi criado com objetivo de capacitar docentes e servidores técnico-administrativos do quadro permanente do Curso de Ciências Contábeis das Universidades Públicas do Ceará e da Região Nordeste”. O curso teve a duração de trinta meses, tendo, durante o andamento do programa, 26 inscritos, 14 selecionados no processo seletivo, matrícula inicial de 13 alunos e tendo formado 12 mestres.

O terceiro programa de mestrado especial, com início a partir do ano 2000, foi realizado com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão que congrega os profissionais da área no país, e

teve turmas nas cinco regiões geográficas brasileiras, nas cidades de Fortaleza, Belo Horizonte, Cuiabá, Florianópolis e Belém (será denominado de Mestrado USP/CFC - MCFC), conforme já citado. O processo de seleção iniciava com a indicação de profissionais e de professores pelos Conselhos Regionais. As turmas eram compostas de 25 alunos sendo dois terços deles professores e o restante de profissionais de contabilidade. Era procedida a etapa de nivelamento. Os que fossem aprovados em todas as disciplinas do nivelamento, oferecidas nos seis primeiros meses, ingressavam no Mestrado. As aulas eram ministradas em instituições-parceiras nas cidades mencionadas. Parte das aulas era ministrada por vídeo-conferência e parte presencial, com os professores se deslocando até essas cidades. Na etapa de preparação do projeto de pesquisa para qualificação os participantes deveriam, necessariamente, permanecer pelo menos quatro meses na FEA/USP, em dedicação integral. Após a qualificação seguia-se um período de maior liberdade, sendo que poderiam retornar ao seu local de origem. No Quadro 3 são apresentados detalhes sobre as instituições parceiras e os representantes locais em cada site, recuperadas da documentação de cada curso:

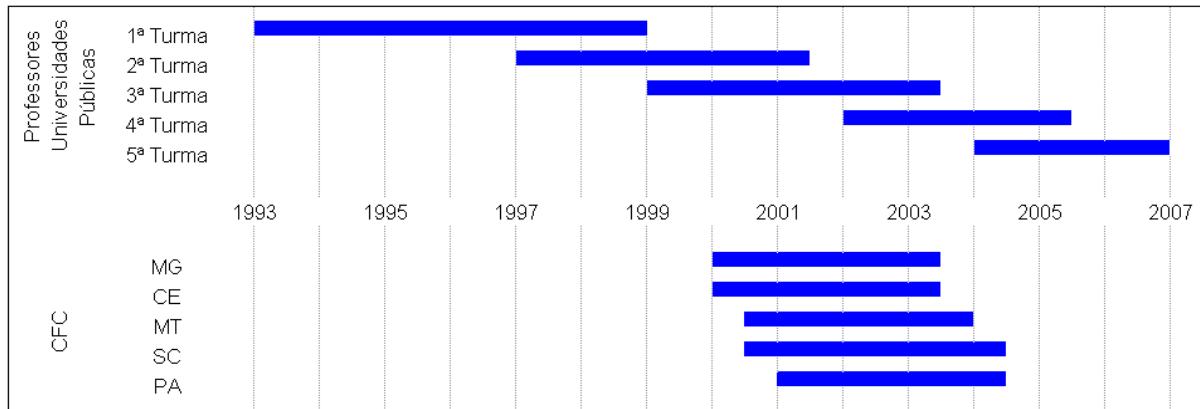
Quadro 3: Instituições parceiras e Representantes locais

CIDADE/ESTADO	INSTITUIÇÃO PARCEIRA	REPRESENTANTES LOCAIS
Belo Horizonte/MG	Centro Universitário UNA	Diretor Executivo: Honório Tomelin Coordenador: Lamartine Sacramento
Fortaleza/CE	Universidade de Fortaleza - Unifor	Coordenador: José Martonio Alves Coelho
Cuiabá/MT	Faculdades Integradas Cândido Rondon - Unirondon	Proprietário: Adonias Coordenador: Luzia Guimarães
Belém/PA	Universidade da Amazônia - Unama	Reitor: Edson Franco Sec. Executiva: Núbia Maciel
Florianópolis/SC	Universidade do Vale do Itajaí – Univali	Coordenador: Valmor Slomski Secretaria: Cristina Heusi

Serão analisados os dois programas de mestrado especial semelhantes, ambos com cinco turmas formadas, cuja principal diferença é que as aulas do mestrado especial para professores de universidade públicas (MPUP) tinha as aulas em São Paulo durante todo o período do curso, portanto obrigando os participantes a se deslocarem e permanecerem na USP desde a fase do nivelamento, enquanto que no programa de mestrado especial com o CFC (MCFC) as aulas ocorriam em cinco sedes nas diferentes regiões do Brasil, e com o apoio de videoconferência e/ou o deslocamento dos professores.

Outra diferença entre os programas está relacionada com o período de ocorrência. A linha do tempo apresentada na Figura 1 resume o andamento das turmas em cada um dos programas. Vê-se claramente uma importante diferença entre os dois programas. A primeira turma do MPUP iniciou em 1993 e até a conclusão de sua quinta e última turma decorreram cerca de 14 anos. A primeira turma do MPUP teve uma duração diferenciada o que se explica por um período de aprendizagem (tanto para alunos, quanto para as instituições envolvidas). Por isso, em algumas das análises, essa turma será desconsiderada. Para o MCFC a oferta das cinco turmas concentrou-se no período de 2000-2004, com turmas sendo conduzidas em paralelo nos diferentes sites.

Foi considerado como tempo de duração da turma o período compreendido entre a data de início da turma (conforme documentos de cada turma e que, em geral, coincidia com a data da primeira matrícula) e a data da última titulação de um participante daquela respectiva turma (conforme disponíveis no sistema informático da universidade - Sistema Janus/Fenix Web - campo “última ocorrência”).

Figura 1: Linha do tempo: evolução das turmas dos programas

Considerando os dois programas e suas turmas, formaram-se o total de 138 alunos, no período de 1993 a 2006, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição dos Participantes por Programa

PROGRAMAS	NÚMERO	PERCENTUAL
MCFC	73	52,9
MPUP	65	47,1
Total	138	100,0

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Do total de egressos, 52 eram mulheres (38%) e 86 eram homens (62%), mas com uma distribuição distinta entre programas, conforme mostra a Tabela 3. Assim, percebe-se pela análise da Tabela 3, que apesar de serem apenas 41% no Programa do CFC, elas representaram 58% das mulheres atendidas pelos dois programas. No Programa de Universidades PÚblicas, do total de participantes, as mulheres representavam 34%, uma diferença percentual relevante entre os dois programas, que pode ser explicada pelo fato de um dos programas (MCFC) permitiria aos participantes permanecerem em suas cidades de origem ou terem um deslocamento menor.

Tabela 3: Distribuição entre programas em função do gênero

GÊNERO	PROGRAMA	TOTAL	PERCENTUAL ENTRE PROGRAMAS	PERCENTUAL NOS PROGRAMAS
Feminino	MCFC	30	58%	41%
	MPUP	22	42%	34%
	Total	52	100%	
Masculino	MCFC	43	50%	59%
	MPUP	43	50%	66%
	Total	86	100%	

Essa distribuição foi novamente desigual se consideradas cada uma das turmas. A Tabela 4 mostra a distribuição de participantes por gênero entre os concluintes em cada uma das turmas.

Tabela 4: Distribuição dos participantes, por gênero, entre turmas e programas

PROGRAMA	TURMA	NÚMERO DE CONCLUINTES	PARTICIPAÇÃO FEMININA
MCFC	CE	20	70%
	MG	14	43%
	SC	16	25%
	MT	14	14%
	PA	9	44%
	TOTAL	73	41%
MPUP	1ª Turma	10	20%
	2ª Turma	16	50%
	3ª Turma	17	29%
	4ª Turma	13	15%
	5ª Turma	9	56%
	TOTAL	65	34%

Percebe-se que a distribuição das participantes do gênero feminino foi bastante desigual entre as turmas dos dois programas: mínimos de 14% (MCFC, turma de MT) e 15% (MPUP, 4ª Turma); e máximos chegando a 70% (MCFC, turma de CE) e a 56% (MPUP, 5ª Turma).

6.1 FAIXA ETÁRIA DOS EGRESSOS

Estudos a respeito da participação das mulheres em programas de longa duração (e.g. MBA, Mestrados e Doutorados) têm mostrado diferenças entre o perfil das participantes em relação aos seus colegas do gênero masculino (VARELA *et al.*, 2007; BRYANT, KAHLE, SCHAFER, 2005). Essas diferenças de perfil são normalmente relacionadas a aspectos da conciliação com vida profissional e familiar. Assim, por exemplo, as mulheres tomariam a decisão de participar de um MBA ou mais cedo, quando ainda não são casadas, ou são casadas e não têm filhos, ou mais tarde, depois dos filhos criados e da vida profissional estabilizada. Desse modo, espera-se haver diferenças de idade média, entre homens e mulheres, ao se buscarem o mestrado. Por outro lado, o fato de um dos programas possibilitar uma conciliação maior entre vida profissional e familiar e o curso, poderia implicar em diferenças de média de idade entre os participantes dos dois programas.

Os dados sobre as idades médias das turmas e dos programas são apresentadas na Tabela 5. A idade média foi calculada com base nas idades de cada concludente considerando diferença em anos entre a data de nascimento e a data de ingresso no curso. Contrariamente ao que se esperava não se percebe diferença entre as médias de idade entre gêneros e entre programas.

Tabela 5: Idade média dos participantes, por gênero, entre turmas

Programa	Turma	FEMININO		MASCULINO	
		Idade Média	Número de alunos	Idade Média	Número de alunos
MCFC	CE	34.19	14	34.62	6
	MG	38.45	6	42,35	8
	MT	36.20	2	36.78	12
	PA	40.85	4	33.62	5
	SC	34.20	4	39.57	12
	Média	36.07	30	37.92	43
MPUP	T1	32.05	2	38.73	8
	T2	33.04	8	34.87	7
	T3	34.04	5	32.00	12
	T4	37.85	2	32.98	11
	T5	37.96	5	31,80	4
	Média	34.73	22	34.00	42

A menor e maior idade média foram, entre os homens, 31.80 e 42.35 anos, respectivamente. No entanto, não se percebe diferença relevante entre as idades médias de homens e mulheres quando considerados os programas no geral. A distribuição por faixas etárias entre os programas é apresentada na Tabela 6 e Figura 2. Aqui as turmas estão compiladas para que se possam explorar diferenças entre os programas.

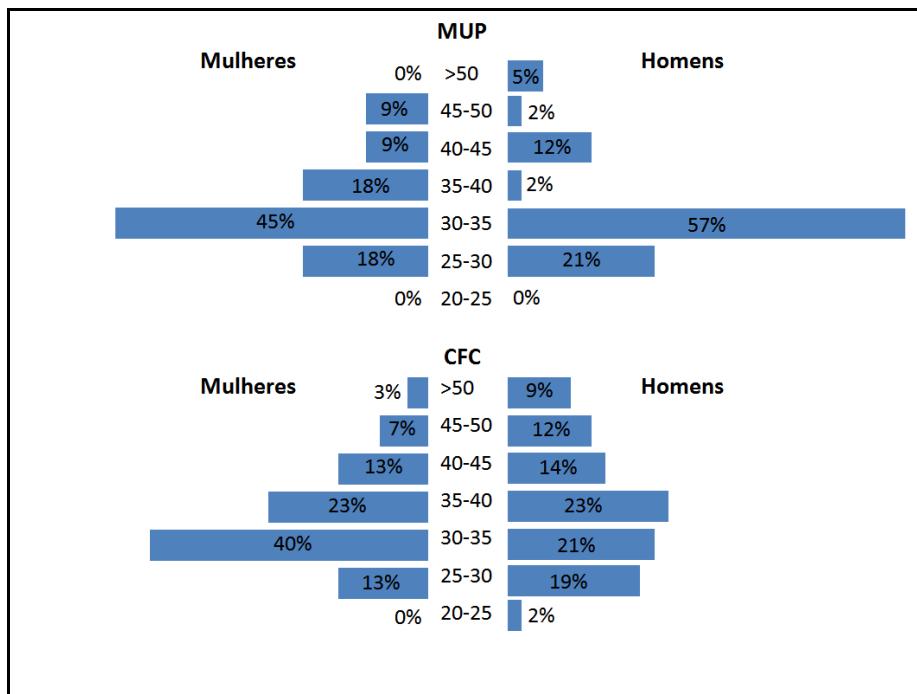
Tabela 6: Distribuição etária, por gênero, entre programas

PROGRAMA	MCFC				MUP				
	Gênero	Feminino	%	Masculino	%	Feminino	%	Masculino	%
20-25	0	0%		1	2%	0	0%	0	0%
25-30	4	13%		8	19%	4	18%	9	21%
30-35	12	40%		9	21%	10	45%	24	57%
35-40	7	23%		10	23%	4	18%	1	2%
40-45	4	13%		6	14%	2	9%	5	12%
45-50	2	7%		5	12%	2	9%	1	2%
>50	1	3%		4	9%	0	0%	2	5%
Totais	30	100%		43	100%	22	100%	42	100%

Com base nessa distribuição foi construída a pirâmide etária apresentada na Figura 2. Percebem-se algumas diferenças entre os participantes quando considerado o gênero. A distribuição etária dos homens para o MPUP tem claramente uma concentração (parece um dente com 57% dos concluintes nessa faixa) entre 30-35 anos. Essa é a fase da vida em que se estabeleceu um início de vida em família, com recém-casados ou casais com filhos pequenos e as mulheres em casa ou trabalhando em tempo parcial. Para as mulheres aparece uma distribuição menos desigual, com uma concentração de 45% das participantes na mesma faixa etária, mas com 18% nas faixas de 25-30 anos e 35-40 anos (ou seja, solteiras e sem filhos, ou casadas e com filhos maiores).

Para as turmas do MCFC, que permitia uma conciliação maior com a vida familiar, as mulheres concluintes encontravam-se, sobretudo, na faixa etária de 30-35 anos (40%) e entre 35-40 anos (23%) e os concluintes homens tinham uma distribuição mais homogênea entre as diversas faixas etárias. Essa primeira análise parece indicar que havia uma “idade ideal” para se deixar a base e ingressar no Mestrado se considerado o MPUP programa em que havia a necessidade de permanecer em São Paulo por um período de pelo menos um ano.

Figura 2: Distribuição etária, por gênero, entre programas



6.2 TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PROGRAMA

Na Tabela 7 mostra o tempo médio de permanência entre os programas, por gênero. Foi considerado como tempo de permanência o período compreendido entre a data de início da turma (conforme documentos) e a data da titulação (conforme informações disponíveis no sistema informático da universidade (Sistema Janus/Fenix Web - campo “última ocorrência”).

Tabela 7: Tempo médio de permanência, por gênero, entre programas

PROGRAMA	FEMININO	MASCULINO
MCFC (todas as turmas)	31.0	32.8
MPUP (todas as turmas)	46.4	43.5
MPUP (exceto T1)	46.0	41.7
MPUP (exceto T1 e T2)	41.0	40.0

Esperava-se, com base na literatura, que as mulheres tivessem maiores dificuldades de conciliação entre vidas familiares, profissionais e o programa, o que acarretaria em um maior tempo médio de permanência. Da mesma maneira, dada à dedicação integral que o MPUP exigia e tendo em vista a

permanência em São Paulo, inseridos no ambiente da Universidade e na vida cotidiana do departamento, esperava-se que o tempo de permanência nesse programa fosse menor. Mais uma vez os dados contrariaram as expectativas. O tempo de permanência médio do MPUP foi bastante superior ou do MCFC, mesmo quando desconsideradas as primeiras turmas, tendo em vista um natural período de adaptação e estruturação do programa. E os tempos médios de permanência, quando considerados os gêneros, não têm diferenças relevantes, sendo levemente favorável para as mulheres no caso do MCFC.

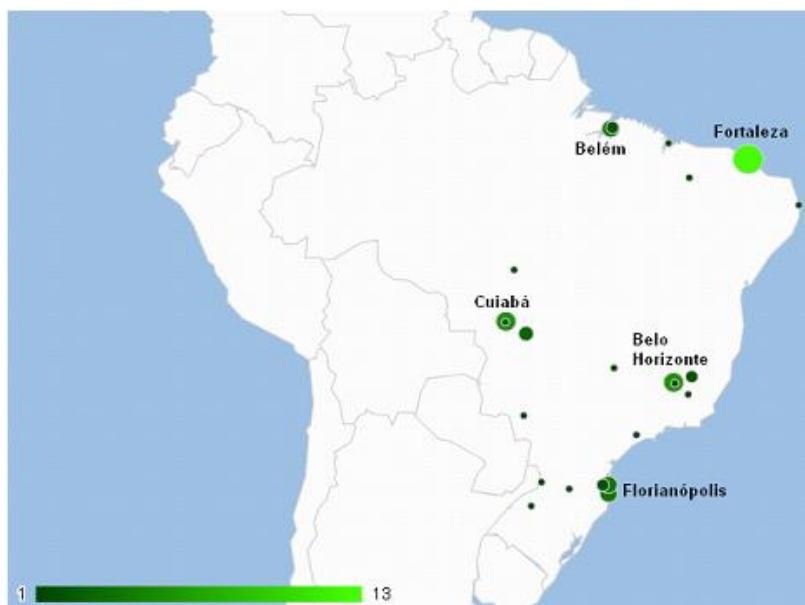
6.3 DISPERSÃO GEOGRÁFICA

Nas Figuras 3 e 4 mostram-se a dispersão dos egressos dos dois programas considerando a cidade/Estado da instituição a qual estão vinculados atualmente, recuperada na Plataforma Lattes, considerando o endereço do principal vínculo cadastrado.

A Figura 3 apresenta a distribuição geográfica dos egressos para o programa de mestrado do CFC (MCFC) e a Figura 4 para a mesma distribuição o mestrado especial para professores de Universidades Públicas (MPUP). No caso da Figura 3 estão destacadas em texto as cidades-sede do programa. O tamanho dos círculos é proporcional ao número de egressos naquela localidade.

Visualmente percebe-se que o padrão de dispersão geográfico é bastante distinto entre os programas. Para o MCFC os egressos ficaram bastante concentrados em torno das cidades-sede onde os cursos foram oferecidos.

Figura 3: Dispersão geográfica dos egressos - MCFC



Já para o MPUP há uma claramente uma maior dispersão dos egressos, com uma distribuição maior entre estados e uma “interiorização” dos participantes, e pequena concentração de egressos em determinadas localidades.

Figura 4: Dispersão geográfica dos egressos – MPUP



Esse fato leva a duas constatações: (1) considerando o objetivo dos programas de melhoria da qualidade do ensino de graduação, tem-se que o programa com maior dispersão de egressos atendeu a um maior número de instituições de ensino e pôde, por consequência, atingir a um número maior de alunos de graduação; (2) considerando o objetivo de formação de multiplicadores e constituição de novos programas de pós-graduação, a concentração em certas localidades pode ter um efeito positivo.

6.4 PRODUÇÃO INTELECTUAL DOS EGESSOS EM TRÊS MOMENTOS DISTINTOS

Nas Tabelas 8 e 9 resumem-se os dados da produção dos egressos dos programas especiais de mestrado. Foram levantadas as informações com base nos currículos Lattes, considerando os itens constantes da plataforma. Para cada egresso foi computado o número de produções no período anterior a programa, durante o programa e nos dois anos seguintes (de acordo com a regra da Capes para a avaliação de programas de pós-graduação), e depois (considera desde o término do programa até a data de recuperação do currículo Lattes, que varia conforme a última data de atualização do currículo). A compilação teve por objetivo mostrar a evolução da produção acadêmica dos egressos.

É importante considerar que não puderam ser recuperadas as informações de todos os egressos dos programas. Assim, considere-se que foram levantadas na base de currículos Lattes, para a turma de Mestrado Especial do CFC, com 66 currículos, sendo 29 mulheres, e para a turma do Mestrado Especial para Professores de Universidades Públicas, com 61 currículos e 21 mulheres. Algumas notas são importantes antes de traçarmos um comparativo: (1) essa análise inicial é quantitativa, com os diversos limitantes que uma análise quantitativa pode ensejar; (2) no entanto, como os três períodos de análise se referem ao mesmo grupo de pessoas, a análise permite concluir sobre uma evolução; (3) os programas (e turmas) tiveram período de oferta distintos (conforme detalhado na Figura 1 - Linha do Tempo) e esse fato afeta a análise e deve ser considerado.

Na Tabela 8 apresenta-se a análise da produção para os egressos do Curso Especial do Mestrado do CFC. As informações estão distribuídas em produção bibliográfica (artigos, livros e capítulos de livros

publicados; textos em jornais e revistas; trabalhos e resumos em congressos), produção técnica, produção artística, orientações (em andamento e concluídas), projetos de pesquisa e prêmios e distinções.

De forma geral, em uma primeira análise, é sensível a mudança no tempo quando considerado um mesmo grupo de participantes. No entanto, análises detalhadas mostram que essa produção muitas vezes se concentra em uma pessoa ou duas, em uma dada turma. Um limitador da análise é a concentração das informações entre produção intelectual e formação de discípulos. Porém, caso inclui-se as atividades de ensino e extensão, um aspecto que é bastante debatido na comunidade é se todos têm perfil para desempenharem as atividades com o mesmo ímpeto (pesquisa, ensino, extensão e formação de discípulos).

Tabela 8: Análise da produção dos egressos do curso especial de mestrado CFC

TIPO DE PRODUÇÃO	ANTES	DURANTE (D+2)	DEPOIS
Artigos completos publicados em periódicos	2	68	61
Artigos aceitos para publicação	0	0	5
Livros publicados/organizados ou edições	1	2	9
Capítulos de livros publicados	0	5	14
Textos em jornais de notícias/revistas	17	29	90
Trabalhos completos publicados em congressos	8	92	103
Resumos expandidos publicados em congressos	0	3	9
Resumos publicados em anais de congressos	1	70	15
Apresentações de Trabalho	4	44	73
Demais tipos de produção bibliográfica	1	9	12
Softwares sem registro de patente	0	0	2
Processos ou técnicas	0	1	0
Trabalhos técnicos	2	6	59
Demais tipos de produção técnica	9	20	83
Produção artística/cultural	5	3	0
<i>Orientações em andamento</i>			
Teses	0	0	0
Dissertações	0	0	5
Especialização	0	1	1
TCC	1	18	5
Iniciação científica	0	1	0
<i>Orientações concluídas</i>			
Teses	0	0	0
Dissertações	0	0	1
Especialização	3	68	166
TCC	116	353	439
Iniciação científica	3	3	15
Projetos de pesquisa	2	9	30
Prêmios e títulos	15	47	48

Na Tabela 9 compilam-se as informações sobre a produção dos egressos do Curso Especial de Mestrado de Professores de Universidades Públicas. A distribuição das atividades é idêntica a da Tabela 8.

Tabela 9: Produção dos egressos do curso especial de mestrado de professores de universidades públicas

TIPO DE PRODUÇÃO	ANTES	DURANTE (D+2)	DEPOIS
Artigos completos publicados em periódicos	7	65	169
Artigos aceitos para publicação	0	0	5
Livros publicados/organizados ou edições	0	6	25
Capítulos de livros publicados	0	2	26
Textos em jornais de notícias/revistas	22	7	20
Trabalhos completos publicados em congressos	18	223	419
Resumos expandidos publicados em congressos	2	12	15
Resumos publicados em anais de congressos	8	7	23
Apresentações de Trabalho	14	86	174
Demais tipos de produção bibliográfica	3	10	19
Softwares sem registro de patente	0	1	1
Processos ou técnicas	0	1	4
Trabalhos técnicos	10	25	124
Demais tipos de produção técnica	15	35	121
Produção artística/cultural	1	1	14
<i>Orientações em Andamento</i>			
Tese	0	0	1
Dissertação	0	1	10
Especialização	0	4	1
Graduação	0	4	15
Iniciação	0	2	9
<i>Orientações Concluídas</i>			
Tese	0	0	4
Dissertação	0	1	60
Especialização	8	49	222
Graduação	95	319	367
Iniciação	3	5	33
Outra	2	13	29
Projetos de Pesquisa	10	35	88
Prêmios e títulos	28	39	67

A análise mostra um volume maior de produção intelectual no período após o curso, quer consideremos a produção bibliográfica, quer consideremos a formação de discípulos. Interessante ressaltar a orientação de quatro teses de doutorado e de 60 dissertações de mestrado entre os egressos deste programa.

Se considerada ainda a questão de gênero, pesquisas mostram que as mulheres em geral, se dedicam mais a atividades relacionadas ao ensino e atividades administrativas. Essas análises serão aprofundadas no prosseguimento da pesquisa.

Outro ponto importante para análise e já relacionado aos impactos sociais dos programas é a produção científica dos concluintes. Na Tabela 10 mostra-se a distribuição de artigos em periódicos elaborados durante o curso, por programa e por gênero, em faixas que vão de 0 (nenhum artigo) a >2 (mais de dois artigos). Foram considerados os artigos constantes do Currículo Lattes do egresso entre o ano de ingresso do aluno e dois anos após a titulação, de acordo com o critério do sistema de avaliação dos programas de pós-graduação da CAPES.

Tabela 10: Artigos elaborados durante o curso, por gênero e programa

NÚMERO DE ARTIGOS/PROGRAMA		0	1	2	>2	N/D
MCFC	Masculino	22	5	7	3	6
	%	59%	14%	19%	8%	
	Feminino	19	3	4	3	1
	%	66%	10%	14%	10%	
MPUP	Masculino	20	9	3	8	2
	%	50%	23%	8%	20%	
	Feminino	15	3	2	1	1
	%	71%	14%	10%	5%	
Total	Masculino	42	14	10	11	8
	%	55%	18%	13%	14%	
	Feminino	34	6	6	4	2
	%	68%	12%	12%	8%	

Em geral o percentual de artigos durante o programa foi muito baixo para ambos os gêneros. Mas chama a atenção de que entre as mulheres os percentuais daqueles que não têm nenhum artigo em periódico é sempre superior (66% para o MCFC e 71% para o MPUP, 68% nos dois programas). Em uma direção contraditória está a análise do lado oposto (que têm mais de dois artigos): para o MCFC as mulheres superaram os homens (10% versus 8%); a situação se inverte para o MPUP, com os homens em percentual bastante superior as mulheres (20% versus 5%).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença feminina na academia em contabilidade no Brasil é pequena e o tema tem sido pouco explorado. Fenômenos como *critical mass*, *role model*, *glass ceiling* ou *pipeline* podem estar presentes e significar uma possibilidade de modificar o quadro por meio da conscientização e da instituição de políticas de apoio. Dessa forma, o recorte dado pela pesquisa, pode iniciar uma discussão relevante para a área em um momento importante para nosso país. Assim, o objetivo central da pesquisa foi examinar a trajetória dos egressos dos Programas Especiais de Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo, analisando o impacto que o programa possa ter tido em sua evolução e avaliando os possíveis efeitos que o desenho distinto dos programas possa ter tido em termos da participação e permanência de mulheres.

Considerando os dois programas e suas turmas, formaram-se o total de 138 alunos, no período de 1993 a 2006. Do total de egressos, 52 eram mulheres (38%) e 86 eram homens (62%), mas com uma distribuição distinta entre programas. Apesar de serem apenas 41% no Programa do CFC, elas representaram 58% das mulheres atendidas pelos dois programas. No Programa de Universidades Públicas, do total de participantes, as mulheres representavam 34%, uma diferença percentual relevante entre os dois programas, que pode ser explicada pelo fato de um dos programas (MCFC)

permitiria aos participantes permanecerem em suas cidades de origem ou terem um deslocamento menor. Essa distribuição foi novamente desigual se consideradas cada uma das turmas: a distribuição das participantes do gênero feminino foi bastante desigual entre as turmas dos dois programas, com mínimos de 14% (MCFC, turma de MT) e 15% (MPUP, 4ª Turma), e máximos chegando a 70% (MCFC, turma de CE) e a 56% (MPUP, 5ª Turma).

Contrariamente ao que se esperava não se percebeu diferença entre as médias de idade entre gêneros e entre programas. A menor e maior idade média foram, entre os homens, 31.80 e 42.35 anos, respectivamente. Entre as mulheres, foram de 32.05 e 40.85 anos. Ou seja, não se percebe diferença relevante entre as idades médias de homens e mulheres quando considerados os programas no geral. Algumas diferenças aparecem quando considerado o gênero: a distribuição etária dos homens para o MPUP tem claramente uma concentração (parece um dente com 57% dos concluintes nessa faixa) entre 30-35 anos. Essa é a fase da vida em que se estabeleceu um início de vida em família, com recém-casados ou casais com filhos pequenos e as mulheres em casa ou trabalhando em tempo parcial. Para as mulheres aparece uma distribuição menos desigual, com uma concentração de 45% das participantes na mesma faixa etária, mas com 18% nas faixas de 25-30 e 35-40 anos (ou seja, solteiras e sem filhos, ou casadas e com filhos maiores). Para as turmas do MCFC, que permitia uma conciliação maior com a vida familiar, as mulheres concluintes encontravam-se, sobretudo na faixa etária de 30-35 anos (40%) e entre 35-40 anos (23%). Os concluintes homens tinham uma distribuição mais homogênea entre as diversas faixas etárias.

Esperava-se, com base na literatura, que as mulheres tivessem maiores dificuldades de conciliação entre vidas familiares, profissionais e o programa, o que acarretaria em um maior tempo médio de permanência. Da mesma maneira, dada a dedicação integral que o MPUP exigia e tendo em vista a permanência em São Paulo, inseridos no ambiente da Universidade e na vida cotidiana do departamento, esperava-se que o tempo de permanência nesse programa fosse menor. Os dados contrariaram as expectativas. O tempo de permanência médio do MPUP foi bastante superior ou do MCFC, mesmo quando desconsideradas as primeiras turmas, tendo em vista um natural período de adaptação e estruturação do programa. E os tempos médios de permanência, quando considerados os gêneros, não têm diferenças relevantes, sendo levemente favorável para as mulheres no caso do MCFC.

Percebe-se que a dispersão geográfico é bastante distinta entre os programas. Para o MCFC os egressos ficaram bastante concentrados em torno das cidades-sede onde os cursos foram oferecidos. Já para o MPUP há uma claramente uma maior dispersão dos egressos, com uma distribuição maior entre estados e uma “interiorização” dos participantes, e pequena concentração de egressos em determinadas localidades. Esse fato leva a duas constatações: (1) considerando o objetivo dos programas de melhoria da qualidade do ensino de graduação, tem-se que o programa com maior dispersão de egressos atendeu a um maior número de instituições de ensino e pôde, por consequência, atingir a um número maior de alunos de graduação; (2) considerando o objetivo de formação de multiplicadores e constituição de novos programas de pós-graduação, a concentração em certas localidades pode ter um efeito positivo.

Com relação à produção intelectual, de forma geral, em uma primeira análise, foi sensível a mudança no tempo quando considerado um mesmo grupo de participantes. No entanto, análises detalhadas mostraram que essa produção muitas vezes se concentra em uma pessoa ou duas, em uma dada turma. Um limitador da análise foi a concentração das informações em termos da produção intelectual e da formação de discípulos. Porém, caso incluídas as atividades de ensino e extensão, um aspecto que é bastante debatido na comunidade, é se todos têm perfil para desempenharem todas as atividades com o mesmo ímpeto (pesquisa, ensino, extensão e formação de discípulos). Quanto ao MPUP a análise mostrou um volume maior de produção intelectual no período após o curso, quer consideremos a produção bibliográfica, quer consideremos a formação de discípulos. Interessante

ressaltar a orientação de quatro teses de doutorado e de 60 dissertações de mestrado entre os egressos deste programa.

As análises, de caráter exploratório, parecem indicar que o programa especial de Mestrado em Contabilidade do CFC, em formato semi-presencial, permitiu uma maior participação das mulheres, tendo em vista a possibilidade de maior conciliação com a vida familiar e pessoal.

Pretende-se futuramente estudar a dispersão dos alunos egressos em bancas de orientação, em um diagrama de árvore, com a intenção de verificar se, apesar de concentrado no caso do programa MPUP, estes centros tiveram capacidade de formar docentes em outras localidades em um processo multiplicador. Outro ponto de interesse é aprofundar a análise e observar os alunos que ambos os programas formaram, confrontar com os orientandos(as) e verificar se houve um movimento de as alunas egressas servirem como role model para suas orientandas, atuando no sentido de promover a inserção de mulheres no contexto do ensino de contabilidade no Brasil. Em síntese é intenção verificar: professores ensinando/formando professoras; professoras ensinando/formando professoras; professoras ensinando/formando professores; professores ensinando/formando professores.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, A. E. . Preparing the Next Generation of Faculty Preparing Graduate School as Socialization to Academic Career. **The Journal of Higher Education**, v. 73, n. 1, p. 94–122, 2002.
- BRYANT, S. M., KAHLE, J. B., ; SCHAFER, B. A. Distance Education: A Review of the Contemporary Literature. **Issues in Accounting Education**, v. 20, n. 3, p. 255-272, 2005.
doi:10.2308/iace.2005.20.3.255
- CHILDS, S., ; KROOK, M. L. Critical Mass Theory and Women's Political Representation. **Political Studies**, v. 56, n. 3, p. 725-736, 2008. doi:10.1111/j.1467-9248.2007.00712.x
- CONSELHO Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/bolsas/sexo.htm>> - tabela 2.9.1>. Acesso em: 22 set. 2009.
- COSTA; SARDENBERG. Teoria e práxis feministas na academia. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 2, sem/1994.
- CUNHA, J. V. A. da; CORNACHIONE JÚNIOR, E. B. Contribuições acadêmicas dos doutores em Ciências Contábeis: uma análise dos currículos LATTES. In.: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. São Paulo, SP : USP, 2008. **Anais...**
- DYKE, L. S.; MURPHY, S. A. How We Define Success: A Qualitative Study of What Matters Most to Women and Men. **Sex Roles**, v. 55, n.5-6, p. 357–371, 2006. doi:10.1007/s11199-006-9091-2
- ESPEJO, M. M. dos S. B.; CRUZ, A. P. C. Da; WALTER, S. A.; GASSNER, F. P. Campo de pesquisa em contabilidade: uma análise de redes sob a perspectiva institucional. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 2, 2009, 45–71.
- ETZKOWITZ, H.; KEMELGOR, C.; NEUSCHATZ, M.; UZZI, B.; ALONZO, J. The paradox of critical mass for women in science. **Science** (New York, N.Y.), v. 266 v. 5182, p. 51–4, 1994. Retrieved from <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/7939644>>. Acesso em: 22 set. 2009.
- EXAME. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/mulher-conquista-mais-emprego-agora-menos-salario>>. Acesso em: 22 set. 2009.
- FAPESP. Mulheres apresentaram 42 % das solicitações de financiamento à FAPESP em 2010.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. DP&A Editora: Rio de Janeiro, 2006.
- HART, J. Women and feminism in higher scholarship: an analysis education of three core journals. **The Journal of Higher Education**, v. 77, n. 1, p. 40–61, 2006.
- HART, J.; FELLABAUM, J. Analyzing campus climate studies: Seeking to define and understand. **Journal of Diversity in Higher Education**, v. 1, n. 4, p. 222–234, 2008. doi:10.1037/a0013627
- INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2010). Resumo Técnico: Censo da Educação Superior de 2009.
- JACKSON, J. F. L.; O'CALLAGHAN, E. M. What do we know about glass ceiling effects? A taxonomy and critical review to inform higher education research. **Research in Higher Education**, v. 50, n. 5, p. 460–482, 2009. doi:10.1007/s11162-009-9128-9
- KELLY, E. L. Managing flexible work arrangements in US organizations: formalized discretion or “a right to ask.” **Socio-Economic Review**, v. 4, n. 3, p. 379–416, 2006. doi:10.1093/ser/mwl001
- KEZAR, A.; LESTER, J. Leadership in a world of divided feminism. **NASPA Journal About Women in Higher Education**, v. 1, n. 1, p. 51–75, 2009. doi:10.2202/1940-7890.1004
- KNUDSEN, P. P. P.S. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judite Butcher. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 161-170, janeiro-abril/2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n1/v18n1a09.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2012
- KOHLSTEDT, S. G. In from the periphery: american women in science , 1830-1880. **Signs**, v. 4, n. 1, p. 81–96, 1978.
- LEITE FILHO, G. A. Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 533–554, 2008. doi:10.1590/S1415-65552008000200011
- LUCA, M. M. M. De; GOMES, C. A. S.; CORREA, D. M. M. C.; DOMINGOS, S. R. M. Participação feminina na produção científica em contabilidade publicada nos Anais dos eventos Enanpad, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e Congresso Anpcont. **Rev. contab. organ. [online]**, vol.5, n.11, pp. 145-164, 2011. ISSN 1982-6486.
- MARTINS, E.; IUDÍCIBUS, S. de. Editorial: 30 anos do doutorado em contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**, p. 1103, 2007. doi:10.1002/nau.22299
- MARTINS, Gilberto de Andrade, THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. São Paulo. 2. ed. Editora Atlas S.A, 2007.
- MENA-CHALCO, J. P.; CESAR-JR, R. M. (). scriptLattes: an open-source knowledge extraction system from the Lattes platform. **Journal of the Brazilian Computer Society**, v. 15, n. 4, pp. 31—39, 2009. <http://www.scielo.br/pdf/jbcos/v15n4/04.pdf>
- MIRANDA, G. J.; SANTOS, L. de A. A.; CASA NOVA, S. P. de C.; CORNACHIONE JÚNIOR, E. B. Pesquisa em educação contábil e as preferências dos doutores da área: em casa de ferreiro, o espeto é de pau? In.: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE, V, Vitória – ES, 2011. **Anais...** Disponível em: <<http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=2844>>. Acesso em: 22 set. 2009.
- PARK, S. M. Research, teaching, and service: why shouldn't women's work count? **The Journal of Higher Education**, v. 67, n. 1, p. 46–84, 1996.

ROPER-HUILMAN, R.; WINTERS, K. T. Feminist research in higher education. **The Journal of Higher Education**, v. 82, n. 6, p. 667–690, 2011. doi:10.1353/jhe.2011.0035

SLAUGHTER, Anne-Marie. Why women still can't have it. **The Atlantic**, p. 1-23, 2012.

VARELA, P. S. ; MALACRIDA, M. J. C.; MARTINS, G. A. ; CASA NOVA, S. P. de C. Perfil de Estudantes de MBA: Existem Diferenças entre Homens e Mulheres?. In: X SEMEAD - SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO DA FEA/USP, São Paulo: EAD - FEA/USP, 2007. **Anais...**